

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

A GESTÃO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU NACIONAL, UFRJ: SOBRE CAMINHOS PISADOS, DESVIOS E CONTINUIDADES INESPERADAS

Mario Junior Alves Polo*, Leticia Dutra Romualdo da Silva**

RESUMO

O artigo representa um esforço de investigação e debate sobre o lugar dado à gestão das coleções arqueológicas no interior do Museu Nacional/UFRJ, e sobre os princípios pelos quais tal gestão esteve orientada. Para isso, recorreremos à noção de dependência da trajetória, e aliamos dados de diferentes ordens, coletados por meio da revisão bibliográfica e junto ao SEMEAR/MN/UFRJ e ao CNA/IPHAN. Concluimos que escolhas realizadas em momentos críticos da instituição reduziram o seu escopo de possibilidades, favorecendo a manutenção de práticas passadas, e privilegiando a pesquisa em detrimento da salvaguarda das coleções – mesmo frente a fatores externos de grande impacto, como o boom da Arqueologia de contrato nos anos 1990 e 2000.

Palavras-chave: acervos arqueológicos; Museu Nacional; dependência da trajetória.

* Gerente de Coleções Arqueológicas no Museu Nacional, UFRJ. Doutor em Arqueologia (PPGARq/MN/UFRJ) e Mestre em Preservação do Patrimônio Arqueológico (IPHAN).

E-mail: mariojrpolo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5364-0843>.

** Técnica e Arqueóloga no Museu Nacional, UFRJ. Mestre em Arqueologia (PPGARq/MN/UFRJ).

E-mail: leticia Dutra@mn.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2777-3375>.

THE ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS MANAGEMENT IN THE MUSEU NACIONAL, UFRJ: ON TRODDEN PATHS, DETOURS AND UNEXPECTED CONTINUITIES

ABSTRACT

This article represents an effort to further investigation and debate concerning the management of archaeological collections within Museu Nacional/UFRJ, and the principles that have guided it. For this purpose, we use the notion of path dependence and align data from different orders, collected through bibliographic review and at SEMEAR/MN/UFRJ and CNA/IPHAN. We conclude that choices made in the institution's critical moments reduced the scope of possibilities, benefiting the use of former practices and the prioritization of research to the detriment of the collection curation – even when facing blazing external factors, such as the boom of contractual archaeology in the 1990s and 2000s.

Keywords: archaeological collections management; Museu Nacional; path dependence.

LA GESTIÓN DE COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS EN EL MUSEU NACIONAL, UFRJ: SOBRE CAMINOS PISADOS, DESVÍOS Y CONTINUIDADES INESPERADAS

RESUMEN

El artículo representa un esfuerzo de investigación y debate sobre el lugar que se le dio a la gestión de las colecciones arqueológicas dentro del Museu Nacional/UFRJ, y sobre los principios que guiaron a la misma. Para esto recurrimos a la noción de dependencia de la trayectoria y combinamos datos de diferentes órdenes, recogidos mediante revisión bibliográfica en el SEMEAR/MN/UFRJ y en el CNA/IPHAN. Concluimos que las decisiones tomadas en momentos críticos en la institución redujeron su abanico de posibilidades, favoreciendo el mantenimiento de prácticas pasadas, privilegiando la investigación y no la salvaguarda de colecciones – incluso ante factores externos de alto impacto, como el boom de la Arqueología de contrato en las décadas de 1990 y 2000.

Palabras clave: gestión de colecciones arqueológicas; Museu Nacional; dependencia de la trayectoria.

INTRODUÇÃO

Dentre as coleções arqueológicas sob guarda do Museu Nacional/UFRJ, encontramos estátuas, lucernas e peças etruscas, exumadas na Itália em escavações promovidas pela própria Imperatriz Teresa Cristina nos finais do século XIX; conjuntos cerâmicos oriundos das pesquisas de Betty Meggers e Clifford Evans na Amazônia nos anos 1950; e ainda blocos inteiros de sambaquis do litoral fluminense, gerados em campanhas recentes. Trata-se de um acervo altamente diverso e cuja própria formação traduz diferentes momentos da pesquisa arqueológica no país e no mundo. Mas, como se deu propriamente a gestão destas coleções ao longo da trajetória da instituição? Por quais princípios esteve orientada?

O campo da gestão das coleções arqueológicas no Brasil tem recebido um inédito interesse nos anos recentes, seja pela progressiva aproximação da Arqueologia com a Museologia e a Conservação (BRUNO, 1995, 1996, 2013/2014; COSTA, 2008; MORAES WICHES, 2010, 2012; RIBEIRO, 2013; TOLEDO, 2018, entre outros); seja pelos efeitos do crescimento da Arqueologia de contrato nos anos 1990 e 2000 (BRUNO; ZANETTINI, 2007; LIMA, 2010; MONTICELLI, 2010; POLO, 2014; MONTALVÃO, 2015; RIBEIRO, 2015); ou ainda em consequência de décadas de militância e franca consolidação desse campo de pesquisa por profissionais dedicada/os ao tema¹ (PARDI, 2002; COSTA, 2007, 2014, 2017, 2019; SALADINO, 2010, 2013/2014, 2015; SALADINO *et al.*, 2013; COSTA; COMERLATO, 2013/2014; PEREIRA, 2014). Junto de análises de maior vulto e capilaridade, tem-se aberto espaço para a reflexão sobre as realidades vividas no interior de cada instituição, e para o modo como estas reverberam e integram a trajetória nacional.

O exercício da análise aqui apresentado decorre, justamente, de um interesse sobre como a gestão das coleções arqueológicas no Museu Nacional reflete ou não os enfrentamentos observados em escala maior, atentando-se às particularidades dessa instituição tão antiga e renomada. Questionamos quais momentos críticos e escolhas condicionaram as práticas de gestão ao longo da história da instituição e nos conduzem até o modelo de curadoria das coleções arqueológicas em voga no MN/UFRJ.

Partimos da hipótese de que diferentes fatores, aliados à ausência de uma política de coleções específica para a Arqueologia² – ou mesmo geral para o Museu –, tenham aberto caminho à priorização das pesquisas arqueológicas em campo e nos laboratórios, em detrimento da gestão das coleções arqueológicas sob guarda da instituição. Uma segunda assunção, decorrente da anteriormente citada, é a de que tal priorização tenha cristalizado algumas práticas pretéritas e moldado novas, favorecendo a existência de continuidades, mesmo frente a desafios recentes, como o atendimento a novas recomendações, princípios éticos e imposições legais trazidas à baila com a Arqueologia de contrato (ver COSTA; COMERLATO, 2013/2014; COSTA, 2017).

Buscando tratar desses temas, mantivemos o foco sobre os procedimentos de gestão, e não sobre as coleções em si ou sua formação. Em um primeiro momento, apresentamos um relato da criação do Museu Nacional até metade do século XX, construído com base em Relatórios Anuais a que tivemos acesso, publicações históricas e levantamento bibliográfico. Em um segundo momento, abordamos a consolidação do lugar dado à gestão das coleções arqueológicas no desenho institucional de meados do século XX até o presente, destacando decisões críticas. Aceitamos as limitações deste nosso exercício e

¹ A exemplo da atuação dos coletivos REMAAE (Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos) e GT de Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

² Lima e Rabello (2007) mencionam a implementação de uma política curatorial para arqueologia quando em 1999 uma das autoras do artigo assumiu a curadoria das coleções. Contudo, não localizamos documento institucional a esse respeito.

das nossas fontes, uma vez que documentos de grande importância para este debate foram perdidos no sinistro de 2018; e mantemos em mente que a reconstrução desse histórico é um trabalho de longo prazo.

SOBRE CAMINHOS JÁ PISADOS (E SE MANTER NELES)

Para dar conta das questões levantadas e pensar acerca dos caminhos tomados pela gestão das coleções arqueológicas nesta instituição específica que é o Museu Nacional, nos valem do conceito de *path dependence*, ou dependência da trajetória, que integra a perspectiva histórico-institucionalista das Ciências Políticas.

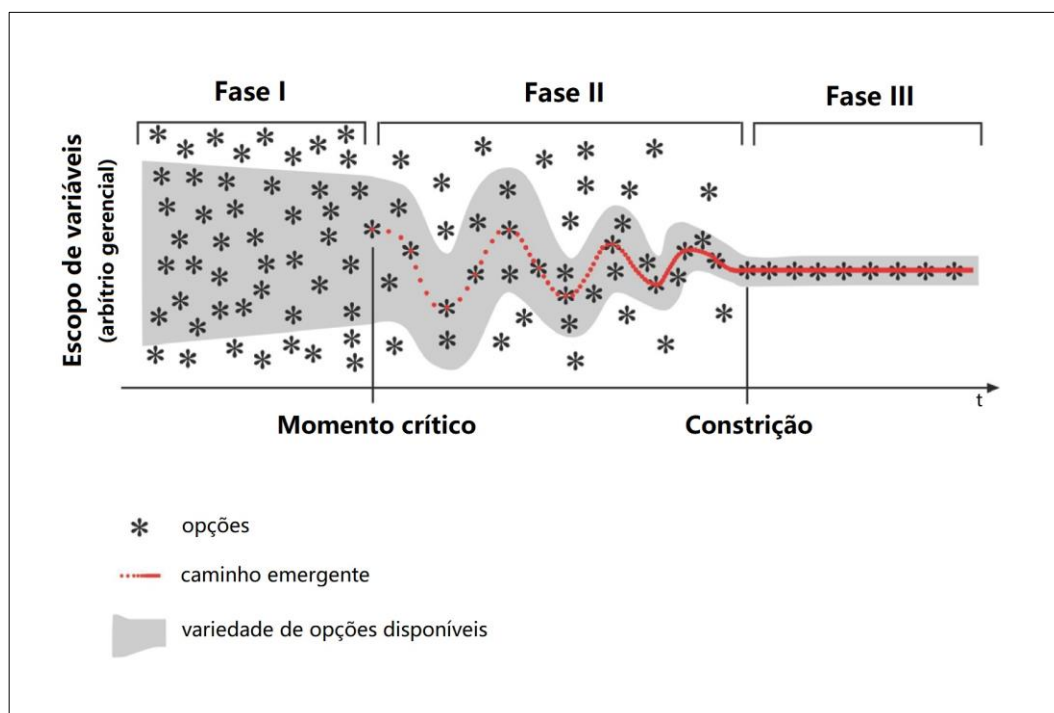
O institucionalismo utiliza as instituições como variável explicativa para os fenômenos políticos. No neo-institucionalismo, contudo, o debate se afasta da concepção mais materialista de instituição e se volta a normas, valores, ideias e regras do jogo político, chegando-se à definição de instituição como um conjunto de rotinas correlacionadas (ver HALL; TAYLOR, 2003; LECOURS, 2005; PARSONS, 2007; NASCIMENTO, 2009a). O institucionalismo histórico, em particular, é um dos três principais enfoques da abordagem neoinstitucionalista (HALL; TAYLOR, 2003) e caracteriza-se pela “ênfase na desigualdade e assimetria entre grupos intra-institucionais e pela análise da evolução institucional com o foco sobre a trajetória, as situações críticas e as consequências imprevistas resultantes das escolhas diante das contingências” (SALADINO, 2010, p. 61). O foco aqui é direcionado às tensões inerentes às próprias instituições e à forma como conferem a certos grupos um acesso desproporcional sobre o processo de decisão.

O que distingue esta perspectiva é a tentativa de agregar à sua análise uma dimensão temporal que permita interpretar como o passado incide sobre o presente, sem perder de vista que indivíduos são dotados de escolhas. Todavia, ao invés de se ater à liberdade dos indivíduos, o institucionalismo histórico prefere explorar a forma como os atores institucionais estão condicionados aos efeitos produzidos no tempo. Reportamo-nos, assim, a forças ativas que são modificadas pelas propriedades de cada contexto local – propriedades essas herdadas do passado e que conformam a chamada dependência da trajetória. Esse modelo, por sua vez, descreve um ambiente complexo e imprevisível em que indivíduos com escolhas racionais são constantemente confrontados com as consequências inesperadas de suas escolhas anteriores (SYDOW *et al.*, 2009; CESÁRIS, 2009; SORENSEN, 2015). Afinal, no interior deste padrão de dependência da trajetória, escolhas tomadas em momentos críticos para a instituição conduziriam à constrição do escopo de suas variáveis gerenciais (ver Figura 1).

Parsons condensa a ideia de *path dependence* nestes termos: “uma vez que alguém dá um passo em uma direção, engendra obrigações, expectativas e custos que encorajam os próximos passos na mesma direção” (PARSONS, 2007, p. 72). Ainda segundo ele,

[a] adaptação institucional é limitada porque o custo das transações para promover uma mudança institucional efetiva é muito alto, e porque pequenos grupos de indivíduos frequentemente possuem poder coercitivo para defender os arranjos existentes. [...] A qualquer momento os atores racionais podem desejar construir ou alterar as instituições para melhor, de acordo com seus interesses previstos, mas mesmo indivíduos influentes usualmente se encontram presos a consequências imprevistas de ações passadas (PARSONS, 2007, p. 87).

Figura 1 – O modelo dos três estágios de dependência da trajetória (SYDOW *et al.*, 2009, p. 692, adaptado pelos autores).



No âmbito da Arqueologia brasileira, o institucionalismo histórico tem se mostrado um aporte bastante potente para a compreensão dos caminhos tomados pelas instâncias de proteção do patrimônio arqueológico e de suas amarras, pontos críticos e trajetórias constrangidas (SALADINO, 2010, 2013/2014; POLO, 2014, 2018; COSTA, 2017; SALADINO *et al.*, 2013; SANTIAGO; SALADINO, 2016).

Para o presente artigo, propomos uma flexão, ou adaptação, do conceito de *path dependence* ao termo “caminho pisado”. Trata-se de um termo mais visual e remissivo no interior da língua portuguesa, que remete à ideia de uma trilha aberta e percorrida com frequência, a ponto de se formar ali um caminho mais seguro, conhecido, mais iluminado, confortável e com menos obstáculos, de modo a favorecer que nos mantenhamos nele ao invés de tomar desvios. Esse termo, assim, introduz uma alternativa em nossa língua materna, inclusive assentada em nossas experiências de campo.

DAS MARAVILHAS DA INDÚSTRIA HUMANA

Criado em 1818, o Museu Real acabou por tornar-se um elemento importante da vida cultural da capital do novo Império (DUARTE, 2019). Embora seu Decreto de fundação tenha lhe dado ares de um museu naturalista ao definir como missão “*propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil*”, o documento abarcava os “artefatos e produtos do homem” fazendo referência ao termo “indústria” (NASCIMENTO, 2009b). As coleções provenientes dessa “indústria humana” já constavam como parte importante da identidade do Museu na formação de suas coleções, com a aquisição em 1824 de um acervo de peças egípcias por D. Pedro I (LACERDA, 1905). Ainda assim, sob os auspícios do imperador D. Pedro II, o Museu Nacional teria se consolidado propriamente como um centro de História Natural (VIEIRA, 2019). Nascimento (2009b) destaca, ademais, que o referido Decreto definiu de modo muito claro que a missão do museu seria a de desenvolver e divulgar conhecimentos, mesmo havendo significativo investimento na prática de recolha de objetos e coleções.

A presença no Decreto não assegurou uma posição estável para as áreas de Antropologia e de Arqueologia dentro da organização administrativa do Museu. Analisando os regulamentos, nota-se inconstância na consolidação da Arqueologia enquanto disciplina e sua falta de protagonismo enquanto campo científico dentro da Instituição, embora seja sabido que algumas das mais conhecidas coleções que compõem hoje o acervo arqueológico foram formadas por iniciativa da Família Imperial (LACERDA, 1905; SCHWARCZ; DANTAS, 2008). No interior da primeira organização administrativa do Museu, definida pelo Regimento de 1842 (DANTAS, 2018), a Arqueologia foi disposta como parte integrante da 4ª Seção, que também se dedicava ao estudo da “Numismática, artes liberais, usos e costumes das nações antigas e modernas”. Já no Regimento de 1876³, ela retornou a uma posição periférica (NASCIMENTO, 2009b), sendo considerada uma Seção anexa e diretamente controlada pela Direção, junto à Etnografia e à Numismática⁴. A Arqueologia figuraria novamente no organograma da instituição somente no Regimento de 1888, que reorganizou a 4ª Seção e legitimou os estudos em Antropologia⁵ e Arqueologia, embalados pelo sucesso da Exposição Antropológica de 1882.

Desde a criação da instituição, a demanda por novas coleções gerou um discurso impositivo, muitas vezes conflituoso. No século XIX, por exemplo, a tensão existente entre os interesses do governo imperial em subordinar a coleta de acervo a locais onde seus objetivos expansionistas se manifestassem e, inversamente, o interesse institucional em coletar acervo que demonstrasse ou provocasse interesse científico (NASCIMENTO, 2009b, p. 164) permearia toda a vida interna do Museu. Isso se deu até que a idealização da Exposição Antropológica realizada no ano de 1882 flexibilizasse os princípios institucionais, levando o diretor Ladislau Netto a recorrer à imprensa para solicitar a instituições e particulares novas coleções (AGOSTINHO, 2017), indo ele próprio a campo para coleta de exemplares de cerâmica Marajoara da região de Pacoval (LACERDA, 1905).

Para Nascimento (2009b), à medida que se intensificam as pesquisas dentro do Museu Nacional e se avolumaram as coleções, os Regimentos buscaram dar algumas providências com relação à organização das funções, cargos e ações específicas de gestão das coleções. Uma das determinações do regimento de 1842 foi a obrigatoriedade, por parte do Diretor da Seção, de elaborar dados e relatórios periódicos atualizados sobre os trabalhos com as coleções, refletindo em 1844 na apresentação de um inventário das coleções da 4ª Seção pelo seu diretor Manoel de Araújo Porto Alegre. Para Ladislau Netto (1874), a falta de espaço para a acomodação adequada das coleções era o principal motivo para ausência de um inventário geral e a falta de conhecimento institucional sobre as coleções do Museu⁶.

A organização das coleções em catálogos apareceu como um ponto central das funções do Museu nos Regimentos de 1876 e 1899, que enfatizaram a responsabilidade dos diretores de Seção em fazê-las “segundo regras científicas” e “métodos e sistemas mais conhecidos nos principais museus”.

³ Publicado na gestão de Ladislau Netto (1874-1893), que é considerada um período de grande intensidade e visibilidade para as atividades de pesquisa e extensão do Museu Nacional (DANTAS, 2018).

⁴ De acordo com Nascimento (2009b), a transferência da 4ª Seção para a Direção deixa Ladislau Netto em posição privilegiada, dirigindo duas seções de grande peso para as relações interinstitucionais: a seção anexa e a Botânica.

⁵ Cumpre destacar que a Antropologia nesse período se aproxima mais dos estudos de antropologia física e comparada, que já em 1880 contava com um laboratório próprio dirigido por João Batista Lacerda e Louis Couty, cenário que só viria a se transformar com a atividade de Roquette-Pinto no Museu, entre 1905 e 1935 (DUARTE, 2019).

⁶ A pauta de reforma dos espaços do Museu sempre esteve presente nos Relatórios Gerenciais apresentados por Ladislau Netto ao Senado, lembrando que nessa época o Museu estava sediado em um prédio no Campo de Santana, centro do Rio de Janeiro. A mudança para o Paço de São Cristóvão se deu somente em 1892.

[...] o papel do diretor não é mais uma questão de consciência e dedicação à ciência, é para ser exercido segundo padrões estabelecidos por normas claras e científicas, a serem cobradas por meio de relatórios e de capacidade de lecionar publicamente sobre os assuntos de sua competência (NASCIMENTO, 2009b, p. 180).

O Regimento de 1899, instaurado sob a direção de João Batista de Lacerda, institui a prática de inventários no Museu Nacional, que levou em 1906 ao início da produção do Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, abarcando, nesse primeiro momento, as coleções de Antropologia Biológica, Etnografia e Arqueologia. Esse Regimento também destacou o cargo de preparador, cujas funções eram as de conservação e preparação dos objetos em reservas técnicas ou para exposições, participando dos processos de classificação e inventário do material. Conforme atesta Veloso Jr. (2019, p. 79), na prática a tarefa de catalogação envolvia funcionários que ocupavam cargos de preparadores e zeladores, e até mesmo porteiros que atuavam no registro da entrada e saída de coleções em livro próprio.

O porteiro ou guarda do museu era um cargo bem diferente do que passa a ser a partir do século XX. Na época, eram funções do porteiro: o cuidado com as coleções, anotações sobre sua entrada, acompanhamento de pesquisadores e, no caso do primeiro porteiro do museu, único funcionário além de seu diretor, trabalhos de coleta e taxidermia das coleções (NASCIMENTO, 2009b, p. 171).

Uma interessante observação pode ser traçada a partir do Livro de Entrada e Saída de Objetos da 4ª Seção, constante dentre a documentação sob guarda da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR/MN/UFRJ)⁷. Nele estava registrada uma série de empréstimos de itens de trabalho de campo para pesquisadores que realizaram campanhas arqueológicas por diferentes regiões do país, como pás, cavadeiras, baldes e outros tantos instrumentos. Esse dado expande nosso olhar para atuação do Museu Nacional enquanto uma unidade de apoio e promoção às pesquisas em campo. Permite-nos, ainda, refletir sobre como até mesmo a documentação gerada sobre esses acervos concentrava-se na interface do Museu com o universo externo das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em campo, por meio do registro daquilo que entrava ou saía da instituição – em detrimento da documentação gerada sobre atividades internas de curadoria. Se essa é uma prática bastante sedimentada entre instituições museais até meados do século XX, é preciso que se mantenha atenção a como isso pode afetar ainda hoje as práticas de documentação arqueológica nessas instituições de longa data – e que historicamente privilegiaram os registros à guisa de “livro do porteiro”⁸.

Segundo Nascimento (2009b, p. 198), nos períodos de crise ou de ausência da direção no século XIX, o controle do acervo era assumido por um dos únicos funcionários do Museu, o porteiro, nominalmente Carlos Bulamarqui⁹. Nota-se que a falta de pessoal para lidar com a rotina de catalogação e inventário das coleções se mostra uma questão histórica apontada também por Roquette-Pinto nos relatórios de 1912 e 1923¹⁰, enquanto chefe interino da 4ª Seção, e por Heloísa Alberto Torres, enquanto

⁷ Em consulta realizada anteriormente ao incêndio de 2018, referente à entrada entre 1894 e 1933, e saída entre 1893-1915.

⁸ Tal prática pode se manifestar, por exemplo, em políticas de coleções que atentam mais à coleta de “documentação associada”, acadêmica ou de campo, do que ao registro de movimentação interna ou de intervenções realizadas pela própria equipe.

⁹ Para Nascimento (2009b), Bulamarqui é uma figura importante por seu zelo especial com as coleções da 4ª Seção.

¹⁰ “O inventário acontecia de forma paralela aos trabalhos de ‘conservação, desinfecção e restauração do material executados com toda a regularidade, apesar do pequeno número de serventes de que dispõe a Seção’”. (ROQUETTE-PINTO, 1923 *apud* VELOSO JR, 2019, p. 79).

diretora do Museu Nacional, no Relatório de 1955¹¹. A gestão de Heloísa Alberto Torres (que se deu no intervalo de 1938 a 1955) foi, inclusive, marcada logo em seu início por um êxodo dos professores mais antigos do Museu Nacional em função da “lei de desacumulação” implementada pelo Governo Vargas¹² (SILVA, 2018), crise que foi amortizada pelo concurso realizado em 1944, no qual Heloísa, fazendo uso de sua inserção política, conseguiu vagas para as grandes divisões do Museu Nacional, beneficiando em grande medida a Divisão de Antropologia.

O QUE O “NACIONAL” SIGNIFICOU PARA A ARQUEOLOGIA?

A direção da antropóloga Heloísa Alberto Torres buscou oferecer bastante destaque para a Antropologia enquanto disciplina central na construção da soberania do país¹³. Em 1941, sob sua direção, foi implementado um novo Regulamento no qual, pela primeira vez, tomou-se as ciências antropológicas como parte da identidade regimental (VELOSO Jr., 2019). Nesse Regulamento, as antigas Seções foram transformadas em Divisões, e subdivididas em novas Seções. Em 1958, no novo Regimento aprovado, a Arqueologia foi alocada na Seção de Antropologia Cultural, dentro da Divisão de Antropologia. Foi Torres também a responsável pela criação da carreira de antropóloga/o no Museu Nacional, “atribuindo-lhe caráter prático, direcionado para pesquisas em trabalhos de campo e coleta de objetos de cultura material sobretudo nas regiões indígenas” (SILVA, 2018).

Ao longo de sua gestão, a antropóloga desenvolveu uma série de planos e projetos para afirmar essas disciplinas dentro do Museu, mas também buscou transcender seus muros¹⁴, estabelecendo relações de cooperação entre instituições universitárias brasileiras e norte-americanas nos moldes de Ladislau Netto no século XIX. Exemplo disso foi a vinda de Betty Meggers e Clifford Evans no início dos anos 1950, que além de impulsionar a Arqueologia no Brasil, também viabilizou importantes adições ao acervo arqueológico da instituição. Embora esses e outros acontecimentos emblemáticos tenham sido projetados para a promoção das pesquisas antropológicas, bem como para a aquisição de coleções¹⁵, o investimento na manutenção e preservação dessas últimas não se encontrava nas prioridades. Nos relatórios gerenciais de 1951, 1952 e 1954, aos quais tivemos acesso, as atividades relacionadas à preservação e gerenciamento das coleções eram tratadas como de rotina, não merecendo maiores detalhamentos.

Bruno (1999) explica tal desconexão contextualizando esse período como obscuro para a musealização da Arqueologia. Se por um lado temos os vestígios arqueológicos localizados na interseção entre Ciências Naturais e Etnografia, por outro temos as instituições orientando seus planos museológicos por um projeto nacionalista que não se apropriou, em geral, da Arqueologia como identitária¹⁶, contribuindo para o

¹¹ “O Museu Nacional, embora com seus quadros de funcionários e servidores deficitários e a dificuldade das verbas, sempre escassas, tem procurado, dentro do possível, conseguir seus objetivos” (TORRES, 1955).

¹² Artigo 159 da Constituição de 1937, regulamentado pelo decreto-lei n. 284, de 29 de novembro do mesmo ano.

¹³ Sobre o interesse e a atuação de Torres pelas pesquisas arqueológicas, cabe lembrar especialmente de seus estudos sobre cerâmica Marajoara e sua expedição ao arquipélago do Marajó em 1930 (GOMES, 2020, p. 16).

¹⁴ TORRES, Heloisa Alberto. Promoção de um inquérito nacional sobre Ciências Naturais e Antropológicas. Anexo ao Ofício n. 87, de 1º de fevereiro de 1946, encaminhado ao reitor da Universidade do Brasil. Arquivo do Museu Nacional, Pasta Ofícios, jan.-abr. 1946.

¹⁵ Segundo Miglievich-Ribeiro (2019), Heloisa Alberto Torres, devido às suas relações políticas externas, promoveu, desde o primeiro ano de sua direção, a aquisição de coleções por meio de doações, levando, por exemplo no que tange somente ao acervo da Divisão de Antropologia, a incorporação da coleção de material etnológico, organizada por Curt Nimuendajú em 1938, e materiais provenientes das pesquisas de Castro Faria nos sambaquis de Santa Catarina em 1940, entre outros.

¹⁶ Seria possível observar uma exceção para o caso da cerâmica Marajoara, em especial, conforme apontado por Linhares (2015).

escanteamento das coleções arqueológicas nas reservas técnicas: “a nacionalidade começou a ser talhada, por diversos museus, com forte apoio estatal, sem levar em consideração a memória arqueológica” (BRUNO, 1999, p. 104). No caso do Museu Nacional, a Arqueologia brasileira, apesar dos esforços de professores da casa, obtinha pouco protagonismo face à concorrência das coleções de Arqueologia egípcia e greco-romana, que ainda hoje são consideradas por diferentes atores institucionais como as “meninas dos olhos” do Museu¹⁷.

É também na gestão de Torres que se deu uma escolha institucional com grande repercussão para a história do Museu e mesmo do campo da gestão do patrimônio arqueológico em âmbito nacional. Conforme lembram Bruno (1995) e Saladino (2010), a administração científica do Museu Nacional reagiu negativamente às ideias contidas na nova ordem institucional proposta por Mário de Andrade em seu Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), que propunha a reformulação do Museu Nacional para atender à criação de um Museu de Arqueologia, Etnografia e Arte Popular¹⁸. Em contrapartida, a direção sugeriu um acordo de cooperação técnica entre o órgão federal de patrimônio em criação e o Museu, em que apoiaria ações do SPHAN referentes à preservação do patrimônio arqueológico¹⁹. Essa parceria, que se estendeu até os anos 1980, consolidou o MN como uma instituição de pesquisa e preservação do patrimônio arqueológico (SALADINO, 2010, 2013/2014).

Em carta datada de 9 de maio de 1936, fica registrado o entendimento de Torres (então ainda vice-Diretora) sobre o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do SPHAN, e o “seu temor de que, com a criação da organização do patrimônio e do museu de arqueologia a ele vinculado, o órgão sob sua gestão perdesse importância no cenário científico e cultural” (SALADINO, 2010, p. 56):

[...] ainda surgem considerações muito ponderáveis, uma de natureza tradicionalística não pode deixar de ser tomada em conta no momento em que se pretende organizar a defesa do patrimônio histórico do Brasil: é o golpe desferido a uma instituição de 118 anos de existência e que, mau grado a incompreensão de suas finalidades, pela maioria dos Governos, tem conseguido levar e manter em alto nível o nome do Brasil por todo o mundo, na divulgação do que nossa terra tem de mais belo: a sua natureza e a sua gente. A organização desses trabalhos de defesa não pode ser iniciada pela mutilação de um instituto centenário e glorioso, quando um dos primeiros monumentos nacionais a serem tombados pelo serviço projectado deveria ser certamente o Museu Nacional (TORRES *apud* SALADINO, 2010, p. 56-57).

Saladino (2010) chama atenção a essa decisão crítica e seus efeitos, a longo prazo, sobre o desenho institucional do órgão de patrimônio (então SPHAN). Produções seguintes (SALADINO, 2013/2014; SALADINO *et al.*, 2013; POLO, 2014) reforçam a análise de que tal decisão teria marginalizado o lugar da Arqueologia no órgão de patrimônio e “terceirizado” ao Museu Nacional, sem sucesso, a gestão do patrimônio arqueológico em âmbito federal.

Aqui, contudo, reforçamos os efeitos dessa decisão sobre o próprio Museu Nacional, e como esse episódio viria a afetar internamente a gestão das coleções arqueológicas sob sua guarda. De início, é preciso considerar que a resolução empreendida por Torres, e

¹⁷ Para uma discussão sobre como o discurso de identidade nacional orientou determinadas ações que tiveram lugar no Museu Nacional ainda no século XIX, verificar Sanjad (2011).

¹⁸ De acordo com essa reformulação, coleções arqueológicas e etnográficas migrariam para este museu a ser criado, o qual estaria sob gestão do SPHAN.

¹⁹ Cabe atentar, aqui, ao fato de que com a criação do SPHAN em 1937, Heloísa Alberto Torres assume uma das cadeiras de membro do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio.

pela administração do Museu à época, reflete a imagem de uma instituição que se pretendeu, de fato, nacional e lócus privilegiado das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país. Mais do que isso, tal resolução projetou para os anos seguintes o pretense papel de órgão co-gestor dessas mesmas pesquisas. Se firmou, portanto, o interesse da instituição pelo andamento das expedições arqueológicas e pesquisas de campo desenvolvidas por diferentes atores, da casa ou externos, ainda que o museu não contasse com estrutura ou capilaridade para cumprir essa tarefa.

Essa incumbência veio a ser abandonada ao longo do tempo, sem que o SPHAN tivesse criado condições organizacionais para reassumi-la. No que concerne à dinâmica interna do Museu, por sua vez, entendemos que tal missão ou compromisso favoreceu a prática de destinação de recursos e profissionais da Arqueologia às pesquisas de campo ou laboratório, em detrimento da gestão e curadoria das coleções arqueológicas sob sua guarda.

É ainda na gestão de Torres que o museu foi incorporado à Universidade do Brasil²⁰ (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) através do Decreto-Lei nº 8.689, de 16 de janeiro de 1946, na qualidade de instituição nacional, com prerrogativas idênticas às das Escolas e Faculdades, e parte integrante do Fórum Universitário. Segundo Domingues (2010), na visão da diretora essa incorporação significou perda de autonomia institucional e científica, afetando sobremaneira a execução e a continuidade de diversos projetos no Museu à época. José Cândido de Mello Carvalho, que sucedeu a Torres na direção, adiciona:

As pesquisas de campo, que sempre foram uma tradição da Casa foram sensivelmente diminuídas. A parte relativa à educação da massa e escolas também perdeu bastante terreno. As exposições são tratadas em segundo plano. [...]. As salas de exposições, em sua maioria feitas no período de 1950-1960, acham-se em precário estado de conservação (CARVALHO, 1977, p. 65).

Em relato publicado no Boletim do Conselho Federal de Cultura, Carvalho (1977) aponta os efeitos perversos que a incorporação teve na curadoria das coleções científicas, uma vez que a obrigatoriedade de ensino de Graduação e Pós-Graduação, imposta por essa nova ordem, teria retirado dos pesquisadores o tempo necessário de dedicação a essa tarefa. Esse foi apenas um dos impactos negativos da incorporação para Carvalho, que também apontou a redução de recursos como importante fator impeditivo para que o Museu cumprisse suas missões com excelência.

O Governo conta com numerosos Institutos de Pesquisa e dezenas de Universidades no País, porém conta com um só MUSEU NACIONAL especializado em ciências naturais. Nada impede que o Museu cumpra também sua parte na área de pós-graduação, da especialização, do aperfeiçoamento, e do pós-doutorado, para os quais possui excelentes condições. Basta que possa dispor de maiores recursos e melhores meios de trabalho (CARVALHO, 1977, p. 50).

O LUGAR DA CURADORIA ARQUEOLÓGICA EM UM MUSEU UNIVERSITÁRIO

A caracterização do Museu Nacional enquanto um museu universitário, a partir de 1946, é um episódio crítico que cabe ser frisado, por ter grandes consequências para a gestão das coleções arqueológicas. Se o devir acadêmico-científico já imprimia sua marca sobre as práticas devotadas ao patrimônio arqueológico antes disso, com a incorporação

²⁰ A Universidade do Brasil foi criada em 1937 sob o pretexto de implantar um padrão nacional de ensino superior em todo país. Talvez tenha sido no bojo desse objetivo que se forjou a incorporação do Museu Nacional no sistema universitário. Com a reforma universitária iniciada em 1965, a Universidade do Brasil passou a denominar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro.

pela Universidade tal característica viria a se fortalecer ainda mais, intensificando o foco sobre ensino e pesquisa, em detrimento das práticas de curadoria. É o tipo de assimetria descrita por Cristina Bruno, a partir da deficiência dos planos de gestão dos acervos arqueológicos no país:

No caso brasileiro, essa falta de atualização [dos planos de gestão] pode ser compreendida pelo fato de grande número de coleções museológicas estarem sob a tutela de instituições universitárias, pois é evidente que a lógica administrativa das universidades não privilegia de forma adequada a dinâmica dos processos curatoriais. Nesses casos, é comum a valorização das ações de coleta, estudo e ensino em relação às expressões materiais da cultura em detrimento dos procedimentos de salvaguarda e comunicação museológicas. A mais clara evidência desse problema é a situação – muitas vezes dramática – em que se encontram as reservas técnicas dos acervos institucionais (BRUNO, 2009, p. 23).

De acordo com Lourenço (2002), o papel central da pesquisa e ensino na missão de um museu universitário, aliado à falta de uma perspectiva museológica na sua identidade, reflete uma tensão no desenvolvimento de pesquisas dentro do contexto museológico. Isso é agravado pelos quadros profissionais de museus em que existe uma prevalência na contratação de professoras/es e pesquisadoras/es em detrimento de museólogas/os e técnicas/os que trabalham com as coleções.

Embora universidades e museus possam ser considerados instituições cúmplices em atendimento ao trinômio pesquisa-ensino-extensão (BRUNO, 1997), a incorporação à universidade muda o caráter do Museu Nacional, que passa de uma instituição autônoma a submeter-se administrativamente ao organograma de uma universidade.

Ademais, percebemos um progressivo comprometimento com a identidade acadêmica referendado pelo Regimento de 1971 e no desenho institucional que prosseguiu estável pelas décadas seguintes. O Departamento de Antropologia, em particular, veio a se organizar internamente, e de modo não-formalizado, em setores inspirados no modelo dos quatro campos (*four-field approach*) da Antropologia, conforme preconizado por Franz Boas e adotado em instituições congêneres fora do país. Essa divisão, seguramente mais pautada por critérios acadêmicos/disciplinares do que curatoriais (BUCHANAN, 2016), organiza as atividades acadêmicas e administrativas dentro do Departamento de Antropologia, separando, por consequência, as coleções.

É possível apontar também que o referido preterimento da missão de salvaguarda dos acervos é agravado pelo tipo de relação sedimentada com a Seção de Museologia (SEMU) da instituição, que se restringe historicamente às discussões em torno das exposições. Ou seja, o diálogo com o SEMU não adentra as reservas técnicas de Arqueologia, contribuindo menos do que poderia para os processos curatoriais relativos às etapas de salvaguarda. Além disso, nos chama atenção o fato de não haver definição do cargo de curador de coleção, embora professores atuem com essas funções, algumas vezes autorizados por Portaria publicada em Boletim Interno da UFRJ, outras vezes não. No texto do Regimento de 1971 (Capítulo VII, Parágrafo 3º), vigente até hoje, consta: as coleções “terão pessoal qualificado para mantê-las, ampliá-las, bem como docentes responsáveis pelas mesmas”, não definindo as responsabilidades dos docentes.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia em 2006, no Museu Nacional, é um evento que adicionou ainda outras camadas sobre essa questão. Isso se dá porque o Programa – que compreende docentes de dois setores, o de Arqueologia e o de Antropologia Biológica – por vezes predomina ou se confunde em relação à curadoria das coleções arqueológicas, quando se trata de decisões administrativas que incidem sobre a gestão dos acervos, por exemplo.

Uma série de características comuns à gestão das coleções arqueológicas em museus universitários pode ser apontada para a realidade brasileira, e cabe ser pesada aqui. Uma dessas características é a atomização das coleções entre diferentes laboratórios, institutos, núcleos ou centros no interior de uma mesma instituição, orientada por critérios acadêmicos, ou mesmo pessoais, de docentes e técnicos da área. Isso acaba favorecendo as práticas de “loteamento” ou “pessoalização” das coleções; dificultando a promoção de políticas integradas, abrangentes e mais sólidas para o gerenciamento dos acervos; e tornando essas coleções mais sujeitas às flutuações político-administrativas em instituições públicas.

Outra possível característica é a subjugação dos processos curatoriais a interesses acadêmicos. Em termos práticos, essa subjugação pode assumir forma no próprio desenho institucional, nos diferentes níveis de determinação de Programas de Graduação ou Pós-Graduação sobre as atividades de curadoria, ou ainda na maior atenção ao cumprimento de agendas, protocolos e avaliações estipuladas pela Universidade e instâncias de ensino e pesquisa, como CAPES/Ministério da Educação, e menos por instâncias dos campos museológico e de patrimônio, como IPHAN e IBRAM. Desenha-se, de tal modo, o abandono da identidade museológica de que fala Bruno (2009), manifestado no preterimento de uma série de etapas da cadeia operatória da Museologia e no foco para a pesquisa dentro do tripé pesquisa-salvaguarda-extroversão. E, cabe ressaltar, esse foco se dá sobre um tipo de pesquisa arqueológica em particular, que foi privilegiado por muito tempo: as pesquisas de campo e análise direta dos materiais e sítios, ao passo que pesquisas na área de gestão das coleções arqueológicas ou desenvolvidas na interface com a Museologia, Conservação e Restauro ou Educação tiveram apelo menor no seio da comunidade de pesquisadoras/es em Arqueologia.

IMPACTOS (E AMORTECIMENTOS) FRENTE AO *BOOM* DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

Até aqui descrevemos uma trajetória na qual a gestão das coleções arqueológicas no Museu Nacional esteve continuamente orientada e condicionada às pesquisas de docentes da casa, sobretudo quando falamos em aquisição de acervos, documentação ou práticas de registro e controle. Cabe agora considerar que o Museu Nacional, enquanto instituição-sede de renomada/os arqueólogos/os em atuação no país, não deixaria de ser abalado pelas transformações que atingiram a Arqueologia como um todo no Brasil nos anos 1990 e 2000. Falamos do crescimento exponencial das pesquisas de Arqueologia de contrato, e suas vastas consequências para pesquisadora/es e instituições ligadas à salvaguarda do patrimônio arqueológico. Tais transformações, na escala que tiveram, certamente haveriam de afetar e intensificar algumas das práticas e tensões que se sedimentaram ao longo da trajetória do museu.

Muito já foi debatido acerca das variadas faces da proximidade e interseção entre “Arqueologia de contrato” e “Arqueologia acadêmica” (LIMA, 2010; MONTICELLI, 2010; POLO, 2014; entre outros). Um dos pontos de maior fricção desse cruzamento diz respeito ao crescente ônus provocado pela absorção, em instituições públicas, de coleções geradas por pesquisas de contrato, sem que haja o repasse ou contrapartida adequada para sua curadoria. Nesses casos, o contrato garante o financiamento das ações de campo, como resgate ou monitoramento, mas não abrange todo o universo de ações a serem continuamente promovidas a partir do momento em que o acervo gerado adentra uma instituição de guarda e pesquisa. Trata-se de uma série de encargos que deveriam ser previstos e custeados pelas empresas responsáveis pelos empreendimentos – encargos cuja definição fica à mercê da existência ou não de uma política de endosso consolidada na instituição de guarda e pesquisa pública.

Com o tempo e os esforços de pesquisadoras/es preocupados com a gestão das coleções (ver COSTA, 2017), uma luz foi colocada sobre esse tipo de passivo que era gerado no país; sobre o abarrotamento das reservas técnicas; e sobre a falta de sensibilidade de muitos profissionais ao desconsiderar todos os custos (humanos e financeiros contínuos) envolvidos na curadoria do enorme volume de coleções em jogo.

Nesse ínterim, chamam a atenção os profissionais de Arqueologia lotados em instituições de guarda e pesquisa públicas e que também atuaram em boa medida no contrato; assim como as instituições públicas que forneceram inúmeros “cheques em branco” – conforme a alegoria de Costa e Comerlato (2013/2014) – a projetos coordenados por arqueólogas/os de seus quadros ou de fora deles.

Além disso, a especificidade de museus universitários, em sua responsabilidade mútua de salvar coleções e promover a pesquisa, teria se identificado ao polo dito acadêmico do binômio academia/contrato. Essa identificação é frequentemente evocada para isentar atores institucionais de suas responsabilidades com o ônus gerado pela cessão de endossos. Isso se dá no interior de uma lógica na qual a Arqueologia acadêmica seria em essência menos nociva que a de contrato. Ou ainda segundo uma lógica na qual instituições museais teriam automaticamente asseguradas as diferentes etapas da salvaguarda e extroversão da cadeia operatória da Museologia somente por contarem com suas reservas técnicas e espaços expositivos. Até hoje muitas instituições se debatem para lidar minimamente com esse ônus.

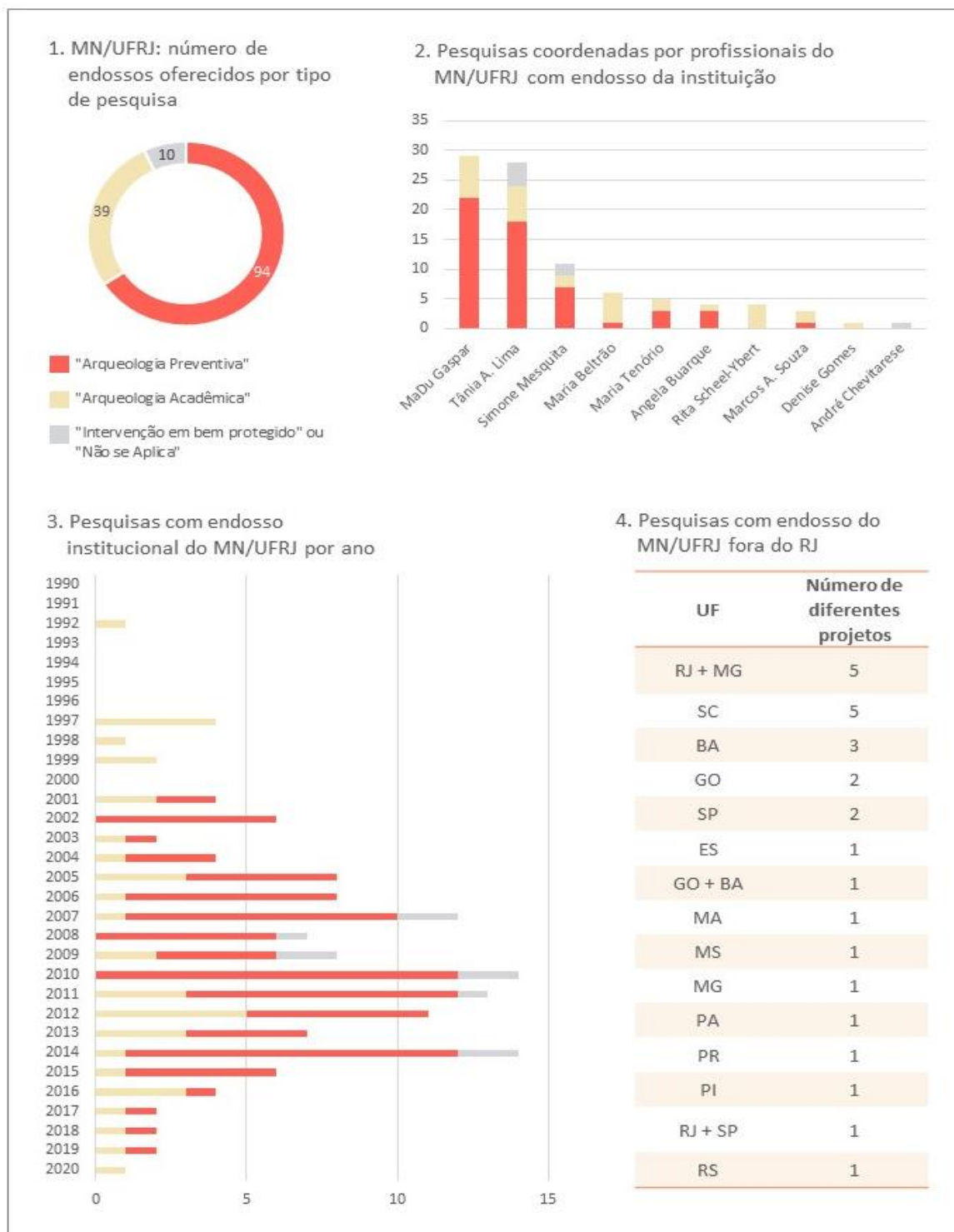
No Museu Nacional, entre os anos 1980 e 1990, uma série de pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas por docentes da casa, muitas delas fruto de parcerias e subsídios obtidos junto a diferentes agentes públicos e privados, e em geral aproveitando-se o contingente de estudantes e profissionais oriundo do curso de Arqueologia oferecido pela Estácio de Sá. Com a Portaria IPHAN nº 07/88, tais pesquisas se adequam ao crivo da formalização junto ao órgão de patrimônio e se distinguem mais nitidamente enquanto pesquisas acadêmicas e de contrato. É importante observar, no entanto, que na passagem dos anos 1980 para os 1990 a fronteira entre a Arqueologia acadêmica e a Arqueologia de contrato, enquanto modalidades de trabalho realizadas dentro do museu, ainda era bastante fluida, e que a partir dos anos 1990 os efeitos das pesquisas de contrato já puderam ser diretamente notados na instituição (LIMA; RABELLO, 2007).

Com o delineamento das possibilidades oferecidas pela Arqueologia de contrato no país, profissionais do MN passam a desenvolver uma série de pesquisas do tipo, cujo número dispara nos anos 2000, conforme dados apresentados na Figura 2.

De acordo com os dados recolhidos junto ao CNA/IPHAN, para o intervalo de 1990 a julho de 2020 (Figura 2), o Museu Nacional ofereceu 143 endossos institucionais – não incluídas aqui as Portarias de Renovação ou Prorrogação. Desses, aproximadamente 66% foram cedidos a projetos de Arqueologia preventiva. Ao se avaliar o número de endossos oferecidos por ano, se nota um crescimento intermitente até 2011, quando esse número passa a diminuir.

A análise destes dados, e daqueles recolhidos nos próprios registros da curadoria das coleções arqueológicas do Museu Nacional acerca dos endossos, aponta para um quadro alarmante de grande ônus ao museu. Isso é resultado da aquisição de um enorme volume de coleções arqueológicas de modo não regulamentado institucionalmente por protocolos de aquisição ou por uma política de concessão de endossos que fosse capaz de viabilizar a adequada absorção e gestão desse acervo.

Figura 2 – Infográfico acerca dos endossos institucionais oferecidos pelo MN/UFRJ, conforme Portaria IPHAN nº 07/1988. Dados obtidos junto ao CNA/IPHAN. Não foram consideradas as Portarias de Renovação ou Prorrogação. Database: 1990 a julho de 2020. Elaborado pelos autores.



Aqui é preciso recuperar a informação de que um dos espaços do Horto Botânico da Quinta da Boa Vista, conhecido por Casa de Pedra, foi destinado ainda em 1984 ao setor de Arqueologia, para servir de laboratório e de ambiente de guarda para coleções geradas, sobretudo, pelas pesquisas coordenadas pelas professoras Maria Dulce Gaspar e Maria Cristina Tenório. Esse se tornou o primeiro espaço de guarda de coleções

arqueológicas da instituição situado fora do Palácio, representando também uma cisão na curadoria das coleções arqueológicas do MN, com o desenvolvimento de uma gestão progressivamente autônoma das coleções ali armazenadas por meio da adoção de protocolos de controle e de documentação próprios. Outros espaços foram posteriormente criados no Horto Botânico, e acabam por absorver o contingente de coleções geradas no âmbito da Arqueologia preventiva, como é o caso de contêineres de armazenamento temporário. Ainda outro espaço, conhecido originalmente como “Central de água gelada”²¹, foi adaptado para servir de reserva técnica e abrigar inicialmente as coleções geradas em projetos coordenados pela técnica Simone Mesquita.

Ao longo do tempo, a cisão entre coleções arqueológicas do Palácio e do Horto Botânico se aprofunda e conforma uma “cartografia” bastante peculiar, manifestada na atomização das práticas de gestão e na distribuição de profissionais, coleções e recursos. No Palácio mantinham-se coleções consagradas e de mais longa data, como a coleção Balbino de Freitas, tombada pelo IPHAN em 1938, enquanto os espaços do Horto absorviam as coleções recém-chegadas dos projetos de contrato.

Ao avaliarmos esse período a partir da noção de caminhos pisados, e em especial através do modelo de Sydow *et al.* (2009), é possível afirmar que a gestão das coleções arqueológicas no Museu, neste momento, já se encontrava em um estágio avançado da Fase II de dependência da trajetória (ver Figura 1). Logo, escolhas realizadas em momentos críticos anteriores reduziram o escopo de possibilidades para lidar com fortes impactos de origem externa – relativos à legislação e ao chamado boom da arqueologia de contrato. Cabe considerar que tais impactos possuíam um grande potencial de mudança (como por meio da injeção de verbas dos projetos de contrato em prol da curadoria das coleções, contratação de consultoras/es e estagiária/os dedicada/os à gestão e à Conservação Preventiva, investimentos nas reservas técnicas, etc.), podendo levar a rotas muito distintas das assumidas. Porém, eles foram absorvidos de tal maneira que o que assistimos é a continuidade de práticas já assentadas, e a adaptação dos atores institucionais de modo a haver uma manutenção da prevalência da pesquisa frente à curadoria.

A produção de uma política de endosso no momento oportuno, seguramente, amortizaria ou reduziria o ônus de tais impactos, podendo até os reverter em favor da gestão das coleções arqueológicas no Museu. Contudo, a própria viabilidade de criação dessa política dependeria de um tipo de atenção à curadoria que não tinha tido lugar na instituição até então.

A REVIRAVOLTA VITAE

Em que pese o lugar da arqueologia no desenho institucional do MN, a curadoria das coleções arqueológicas foi amplamente beneficiada entre os anos 2000 e 2005 pelos investimentos da Fundação Vitae de Amparo à Cultura no Museu Nacional e seus departamentos. A Fundação Vitae atuou no Brasil de 1985 a 2005 com atividades voltadas principalmente ao patrimônio cultural e museológico, por meio de financiamento de projetos “de fortalecimento da infra-estrutura (sic) dos museus, com vistas ao aperfeiçoamento, à ampliação e/ou à diversificação das suas atividades, em uma perspectiva de planejamento de longo prazo” (ALMEIDA; HERENCIA, 2012, p. 5).

A cooperação representou um marco que merece destaque quando se fala dos caminhos tomados pela gestão das coleções arqueológicas no MN, implicando uma série de melhorias no que concerne aos espaços de guarda, documentação e informatização

²¹ Denominação recebida em razão do uso original do edifício, destinado à distribuição de água para o Horto Botânico.

dos acervos, sendo responsável, em boa medida, por alterar e atualizar práticas de conservação e preservação consolidadas no Museu Nacional. Na esteira da Fundação Vitae, diversas outras entidades apoiaram ações destinadas à recuperação e adequação das instalações físicas do Museu Nacional para abrigar o acervo da instituição (LIMA; RABELLO, 2007).

A ação da Vitae, por meio de suas consultoras, foi responsável pela substituição do mobiliário de madeira por compactadores em metal (Figuras 3 e 4); pelo acondicionamento de todo o acervo em embalagens especialmente concebidas para as especificidades das coleções; pelo treinamento técnico da equipe do museu; pelas ações emergenciais de conservação a itens específicos do acervo, apontados pela própria curadoria; e pelo desenvolvimento de um *software* para catalogação das coleções, denominado *Archaio*s (Figura 5).

Figura 3 – Mobiliário em madeira (gaveteiro), utilizado na Reserva Técnica de Arqueologia no Palácio anteriormente ao projeto VITAE.

Fotos: Setor de Arqueologia, MN/UFRJ, sem data (à esquerda), e 2004 (à direita).



Figura 4 – Módulos deslizantes e fixos na Reserva Técnica de Arqueologia do Palácio, após sua implementação nos anos 2000 por ocasião do Projeto Vitae (acima), e respectivas atividades de curadoria e reacondicionamento do acervo arqueológico (abaixo).

Fotos: Setor de Arqueologia, MN/UFRJ, 2007 (acima) e 2005 (abaixo).



Esse software representa um dos principais avanços no tocante à gestão e documentação das coleções arqueológicas. Pensado especificamente para a realidade das coleções arqueológicas, é identificado por Lima e Rabello (2007) como o coração do projeto, contribuindo diretamente para o controle e gerenciamento das coleções, permitindo, para além da inclusão das informações catalográficas, o registro das informações sobre movimentação e condição do acervo.

Figura 5 – Interface do software *Archaios*, utilizado na Reserva Técnica de Arqueologia do Palácio a partir de sua implementação nos anos 2000. Setor de Arqueologia, MN/UFRJ, 2019.

Museu Nacional - UFRJ
Departamento de Antropologia - DISCIPLINA DE ARQUEOLOGIA

36268 1 2 3 X

Ficha de Catalogação

Nº de registro: **36268**

Objeto: **Tecido**

Coleção: **Pedro Velasco**

Procedência geográfica: **Acari, Peru**

Atribuição cultural: **Costa Sul Fines Int. Tardio - Horizonte Médio**

Classificação: **Peça de indumentária**

Material: **Tecido**

Técnica: **Tecelagem**

Mat. / técnica: **algodão**

Imagem: **36268**

Referência cronológica: ☒ pré-histórico ☐ histórico

Período:

Data absoluta:

Intervalo cronológico: -

Altura: cm

Largura: cm

Comprimento: cm

Diâmetro: cm

Profundidade: cm

Espessura: cm

Localização Fixa: ☒ Reserva ☐ Exposição

Reserva: **RT01**

Módulo ou estante: **ET01**

Prateleira:

Gaveta:

Caixa:

Consultas **Imprimir**

Sem dúvida, esse momento representou uma grande movimentação de pessoal – ainda que a equipe técnica interna fosse reduzida – e das próprias coleções, bem como uma guinada nas práticas de acondicionamento, inventário, catalogação, acesso, empréstimo e conservação das coleções arqueológicas, não só para as coleções localizadas no Palácio como também para aquelas situadas no Laboratório da Casa de Pedra. Afinal, o projeto promoveu um esforço conjunto e orientado por princípios da Conservação Preventiva (FRONER, 1995) para o estabelecimento de protocolos para a gestão, como a utilização de certos materiais de acondicionamento (*tyvek*, mantas de polietileno expandido e placas polionda) e o abandono de outros (papelão e tecidos).

Esse episódio Vitae se coloca como uma verdadeira mudança de rota ou desvio nos caminhos que vinham sendo trilhados até então, impulsionado por um agente externo (a Fundação em questão) e tornado possível pela escolha institucional em se reposicionar a partir desse estímulo. Seguramente representou uma melhoria sem precedentes nas práticas de gestão das coleções arqueológicas, mas não foi suficiente para a consolidação de uma política de acervos, de planos de gestão de maior espectro ou, mais particularmente, de uma política de endosso institucional aos projetos de Arqueologia de contrato. Ou seja, por mais poderosa que tenha sido essa guinada, ela não foi capaz de

reverter um quadro histórico de primazia da pesquisa em relação ao gerenciamento dos acervos.

COLEÇÕES COMO CAMPO DE DISPUTA E AS "PESSOAS DISTRIBUÍDAS" DA ARQUEOLOGIA

A atenção aos princípios e às práticas de gestão das coleções arqueológicas do Museu Nacional permitiu, até aqui, evidenciar uma série de assimetrias entre a pesquisa e a salvaguarda das coleções, ou o que Sarah Buchanan (2016, p. 23) chamou de tensões entre a formação de acervos e sua curadoria (*making versus caring*). O quadro verificado para o Museu Nacional manifesta essa dicotomia, conforme procuramos demonstrar ao longo do texto, ainda que o ensino e a pesquisa pudessem ser diretamente aproveitados em benefício da gestão. O horizonte à nossa frente conta com uma integração cada vez maior entre pesquisa e salvaguarda na área, com o crescimento dos trabalhos devotados às coleções sendo produzidos por arqueólogas/os, assim como trabalhos em geral situados na encruzilhada entre Arqueologia, Museologia, Conservação e Patrimônio Cultural interna e externamente ao Museu Nacional.

Os episódios examinados até aqui apontam para a necessidade de se encarar as coleções arqueológicas também enquanto balizas materiais de campos de disputa política e acadêmica em instituições como o Museu Nacional. Balizas, essas, expressas nos espaços expositivos e de guarda que os acervos ocupam, na maneira como esses se distribuem e circulam por gabinetes e laboratórios, e nos protocolos adotados ou refutados para se interagir com eles. As coleções ancoram sentidos, hierarquias, espaços de poder e influência, justamente por sua materialidade irrefutável e pretensa inércia.

Esse quadro permite compreender que os interesses de atores institucionais pelas coleções podem ser os mais variados, e não necessariamente uma preocupação com a curadoria e suas complexas engrenagens. Tais interesses podem envolver a reserva de um quinhão das coleções para pesquisa, em disputas de cunho mais propriamente acadêmico; ou a reserva de espaço em disputas por equipamentos e condições de trabalho, em instituições já tão sucateadas pela falta estrutural de investimentos públicos. Desse modo, esses interesses estão diretamente associados a questões relativas ao acesso; propriedade intelectual; manutenção de coleções em ambientes restritos, como gabinetes; ausência de controle da movimentação de peças; entre outros dilemas. E as coleções seguramente estarão mais sujeitas a tais exemplos de interesses, na medida em que a instituição não provenha uma política de coleções robusta e não conte com um sistema de gerenciamento abrangente.

A ausência de uma definição do cargo de curador/a e de suas atribuições, ou ainda a imprecisão acerca do lugar da própria curadoria das coleções arqueológicas no desenho institucional – como ocorre com o Museu Nacional particularmente em razão de seu Regimento de 1971, conforme mencionado acima – deixa maior brecha para que a curadoria esteja sujeita a tais interesses.

No caso das coleções arqueológicas é muito comum que sejam mencionadas as “coleções com nome e sobrenome” para se referir àquelas altamente associadas a profissionais que coordenaram as atividades de campo nas quais foram geradas, ou que por anos a fio se dedicam a pesquisá-las sem viabilizar o acesso a outras/os interessadas/os. Práticas comuns à gestão, como a organização de coleções por doador/a ou coordenador/a de campo, privilegiam essa associação direta, ou ainda esse “loteamento” ou “personalização”. Atentamos a isso na medida em que a subjugação dos princípios e dos procedimentos de gestão de coleções a imperativos acadêmicos tem potencial para favorecer grandemente essa lógica de personalização.

Indo além, tomamos de empréstimo a noção de “pessoa distribuída” de Alfred Gell (1998), que concerne à agência associada a uma pessoa, mas não situada no indivíduo em si, e sim constantemente suscitada na interação entre agentes distintos – incluídos aí os objetos. Podemos pensar nas coleções “com nome e sobrenome” enquanto “pessoas distribuídas comuns à Arqueologia. O exemplo oferecido por Gell (1998, p. 21) do ditador cambiano Pol Pot e das minas que, mesmo após a sua morte, continuavam a promover tensão e morte, servem de alegoria extrema ao que enfrentamos com as coleções arqueológicas adquiridas sobretudo por endossos institucionais e seu ônus permanente. E em se tratando do Museu Nacional, os caminhos trilhados pela gestão das coleções arqueológicas parecem ter conduzido, ao longo do tempo, à abertura para a existência de diferentes pessoas distribuídas.

Retomando a ideia de caminhos pisados, pudemos apontar aqui alguns dos momentos críticos e escolhas que entendemos que mais cingiram o caminho pelo qual a gestão das coleções arqueológicas pôde avançar no interior da instituição. Ressaltamos 1) o lugar da arqueologia no desenho institucional, e suas flutuações traçadas pelos Regimentos; 2) a gestão de Heloísa Alberto Torres e as incumbências assumidas pelo museu em relação ao SPHAN; 3) a conformação enquanto museu universitário; 4) a abertura institucional às pesquisas de arqueologia preventiva e o fornecimento de um grande número de endossos institucionais, sem a existência de uma política de endosso adequada; e 5) o projeto VITAE.

Esses diferentes momentos – com exceção do Projeto Vitae – aprofundam o quadro do Museu Nacional como uma instituição mais voltada às pesquisas arqueológicas que à gestão das coleções arqueológicas de modo integral. Ou, em termos de dependência da trajetória, restringem as possibilidades de mudança e colaboram para que a instituição se mantenha na mesma direção, tornando altos os custos de se adotar novos rumos. Isso confirma a presunção inicial de que, mesmo diante de vastas transformações ocorridas na arqueologia brasileira nas décadas recentes, são as práticas e o *modus operandi* já em voga no Museu que teriam condicionado a maneira como os atores institucionais reagiram a tais transformações e tomaram importantes escolhas nos últimos tempos.

FRENTE AO INCÊNDIO, AS ROTAS POSSÍVEIS

O Museu Nacional tem uma série de desafios a enfrentar, para além dos já mencionados. Um dos principais, e mais urgentes, diz respeito às políticas de inventário, catalogação e digitalização, em especial quando se pensa no fortalecimento de uma política unificada e eficaz para coleções tão vastas e diversas, como é a coleção arqueológica sob sua guarda. E o que há para além da aura e do legado imperial? Como se pretender um Museu de caráter nacional frente ao imperativo ético de que novas coleções sejam mantidas o mais próximo possível de seus sítios e comunidades de origem? E, diante disso, como adequar a política de aquisição para o caso particular do Setor de Arqueologia? Outros desafios, ainda, têm sido apenas tangenciados até o momento, como aqueles condizentes às formas de curadoria compartilhadas ou comunitárias, realizadas com grupos tradicionais, indígenas e detentores de saberes sobre o patrimônio arqueológico.

O incêndio de 2018 significou, necessariamente, uma oportunidade de reavaliação e reposicionamento da instituição. O desastre, apesar dos muitos esforços necessários para enfrentar suas consequências diretas e imediatas – haja vista os árduos trabalhos do Núcleo de Resgate de Coleções formado após o sinistro –, permite que se tome fôlego renovado para lidar com problemas até então sedimentados ou de mais difícil atenção. Ou mesmo para que se possa voltar o foco para espaços antes pouco valorizados, para

coleções ainda não catalogadas e para o aprimoramento das técnicas de inventário, por exemplo.

Em se tratando das coleções arqueológicas, frisamos que um grande volume delas não foi afetado pelo incêndio. Trata-se, em sua maioria, de coleções geradas nas décadas recentes, muitas já no âmbito do Licenciamento Ambiental. E em termos de gerenciamento dessas coleções, novas demandas têm recebido interesse, como aquelas ligadas à gestão de riscos ou às políticas de digitalização.

O incêndio seguramente forçou, de modo mais subjetivo, que os profissionais ligados à curadoria das coleções arqueológicas se questionem sobre o que há para além das peças e coleções consagradas, daquelas consideradas de maior valor ou relevância e das “coleções com nome e sobrenome”. Ainda que muitas dessas referidas coleções consagradas tenham sobrevivido ao incêndio, a realidade de sua finitude e perecimento torna-se gritante; assim como se torna pungente a importância de sua publicização e uso social, para além dos muros acadêmicos e do campo das pesquisas arqueológicas.

Retomando o prisma do institucionalismo histórico, o incêndio seguramente pode vir a representar um episódio de reposicionamento ou desvio, de modo a lançar o Museu para fora do caminho que trilhava de forma condicionada e constricta, em razão de escolhas e momentos críticos de seu passado. Nesse sentido, teria caráter transformador, por imputar de modo irrefutável, e a um só golpe, os muitos custos e percalços que qualquer reposicionamento demandaria. Inquestionavelmente, tal reposicionamento e as escolhas feitas nesse momento pós-incêndio terão uma grande interferência sobre os caminhos que virão a se desenhar daqui adiante. No entanto, embora os efeitos sobre as coleções arqueológicas possam ser sentidos de forma quase imediata, o mesmo não pode ser dito sobre a sua gestão, cujas consequências ainda estão, de fato, se delineando, e poderão ser melhor abordadas em oportunidades futuras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às/aos avaliadores pelas preciosas contribuições. Agradecemos ainda ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN) e às equipes do Museu Nacional/UFRJ, sobretudo à equipe da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) e às/aos profissionais de Arqueologia, Conservação e Museologia. Agradecimentos especiais a Angela Maria Camardella Rabello e Cleide Maria da Conceição Martins, pela parceria e por sua longa e dedicada atuação junto aos acervos arqueológicos da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 41., Caxambú, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt04-20/10622-a-exposicao-antropologica-brasileira-de-1882-praticas-de-coleccionamento-e-circulacao-de-indigenas-no-museu-nacional/file>. Acesso em: 18 de jun de 2020.
- ALMEIDA, Gabriela Sandes Borges de; HERENCIA, José Luiz. A Fundação Vitae e seu legado para a cultura brasileira, Parte I: Fontes conceituais, linhas diretivas, programas próprios e legado. In: *Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 3., 2012, Rio de Janeiro, Artigos [...]. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Gabriela-Sandes-Borges-de-Almeida-et-alii.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4477>.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 6, p. 293-313, 1996.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos museus universitários. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 10, p. 47-51, 1997.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*, n. 17, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocessos e desafios. *Cultura material e patrimônio de C&T*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST, p. 14-25 2009. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/3%20Artigo%20Cristina%20Bruno.pdf>. Acesso em 24 de jul. 2020.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 4-15, 2013/2014.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ZANETTINI, Paulo Eduardo. O futuro dos acervos. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB*. Florianópolis: Erechim/Habilis, 2007.
- BUCHANAN, Sarah Alix. *A provenance research study of archaeological curation*. Tese (Doutorado em Filosofia) - University Of Texas, Austin, 2016.
- CARVALHO, José C. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, v. 28, jul.-set. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=233501&PagFis=3165&Pesq=lelia>. Acesso em 23 de junho de 2020.
- CESÁRIS, Luis Enrique Urtubey de. *Reconceitualizando o Institucionalismo Histórico: path dependence, agência e mudança institucional*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, 2009.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB*. Erechim: Habilis, 2007.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Museologia e Arqueologia, parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar. *Revista Museus*, n. 40, 6p., 2008.

- COSTA, Carlos Alberto Santos. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro; GUIMARÃES E SILVA, Junia Gomes da Costa (Orgs.). *Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. Rio de Janeiro: Unirio / Escola de Museologia, p. 79-87, 2014.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 215-253, 2017.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*, n. 26/27, n. 2/1, p. 115-131, 2013/2014.
- DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Museu Nacional: 200 anos de história. In: *200 Anos de Museus no Brasil: Desafios e Perspectivas*, 1., Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. p. 64-77.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v.5, n.3, p. 625-343, 2010.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. *Horizontes Antropológicos*, v. 25, n. 53, p.359-384, 2019.
- FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceito e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 5, p. 291-301, 1995.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: University Press, 1998.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. História da Arqueologia Amazônica no Museu Nacional: diferentes narrativas. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 1, p. 3-27, 2020.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 193-223, 2003.
- LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- LECOURS, André. New institutionalism: issues and questions. In: LECOURS, André (org.). *New institutionalism: theory and analysis*. London: University of Toronto Press, 2005, p.3-26.
- LIMA, André Penin de. *Academia, contrato e patrimônio: visões distintas da mesma disciplina*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 2010.
- LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela M. C. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 245-274, 2007.
- LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- LOURENÇO, Marta C. Are university collections and museums still meaningful? Outline of a research project. *Museologia*, n. 2, p. 51-60, 2002.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Revisitando o Museu Nacional e a história da Antropologia no Brasil pelas mãos de Heloísa Alberto Torres. *Política e Sociedade*, v. 19, n. 41, p. 27-59, jan-abr 2019.

- MONTALVÃO, Ana Carolina. *Ciência do patrimônio: a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Artes), Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes, UFMG, 2015.
- MONTICELLI, Gislene. *Deixe estar: patrimônio, arqueologia e licenciamentos ambientais*. EDIPUCRS, 2010.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (Des)Caminhos da Prática Brasileira*. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012. doi: 10.11606/T.71.2012.tde-19062012-133008.
- MUSEU NACIONAL. *Regimento Museu Nacional*. 1958. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/regmn1958/regmn1958.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.
- MUSEU NACIONAL. *Regimento Museu Nacional*. 1971. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/regmn/RegMN.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 1, p. 95-121, 2009a.
- NASCIMENTO, Fátima Regina. *A Formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional, Século XIX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009b.
- NETTO, Ladislau. *Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.
- NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta Jurídica, 1874.
- NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.
- NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Typografia de João Inácio da Silva, 1877.
- PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002. Link: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2311>.
- PARSONS, Craig. *How to map arguments in political science*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- PEREIRA, Daiane. Perspectives of archaeological curation: a case study on the laboratory of archaeology Peter Hilbert. In: OOSTERBEEK, Luiz; FIDALGO, Cláudia (Orgs.). *Miscellanea: Theory, Rock Art and Heritage*. Oxford: Archaeopress. BAR International Series, v. 11, 2014, p. 69-76.
- POLO, Mario Junior Alves. *Dos instrumentos jurídicos e práticas do IPHAN para a Arqueologia: o Termo de Ajustamento de Conduta*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Link: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/457>.
- POLO, Mario Junior Alves. O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do IPHAN para a Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 1, p. 151-171, 2018.

- RIBEIRO, Diego Lemos. *A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- RIBEIRO, Loredana. Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 172-186, 2015.
- SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SALADINO, Alejandra. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, v. 27, n. 1, p. 40-58, 2013/2014.
- SALADINO, Alejandra. Museus e Arqueologia: algumas reflexões sobre preservação e valorização de bens arqueológicos. *Revista Tempo Amazônico*, v. 3, n. 1, p. 159-177, 2015.
- SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos; MENDONÇA, Elizabete de Castro. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 8, p. 106-118, 2013.
- SANJAD, Nelson. "Ciência de potes quebrados": nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. [online]. 2011, vol.19, n.1, pp.133-164
- SANTIAGO, Djalma Guimarães; SALADINO, Alejandra. Os tempos e suas sentenças: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. *Revista Memorare*, v. 3, n. 3, p. 178-201, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 46, p. 123-165, fev. 2008.
- SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Lopes de Sousa da. Heloísa Alberto Torres, a primeira Diretora do Museu Nacional/UFRJ e a disseminação das Ciências no século XX. In: *Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 16, Campina Grande, 2018. Disponível em: https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545160453_ARQUIVO_ArtigoMaria.doPerpetuo-rev.pdf. Acesso em 18 jun. 2020.
- SORENSEN, Andre. Taking path dependence seriously: an historical institutionalist research agenda in planning history. *Planning Perspectives*, v. 30, n. 1, p. 17-38, 2015.
- SYDOW, Jörg; SCHREYÖGG, Georg; KOCH, Jochen. Organizational path dependence: Opening the black box. *Academy of management review*, v. 34, n. 4, p. 689-709, 2009.
- TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação Arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- TORRES, Heloísa Alberto. Relatório do Museu Nacional. SEMEAR/MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 1955.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Regimento do Fórum de Ciência e Cultura*. 1972. Disponível em: https://forum.ufrj.br/images/FCC_-_REGIMENTO_ano_1972.pdf. Acesso em 03 de jul. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Estatuto da UFRJ*. c.2020. Disponível em: <https://ufrj.br/estatuto-da-ufrj>. Acesso em 03 de jul. 2020.
- VELOSO JR, Crenivaldo Régis. Índice de objetos, índice de histórias: o ca-tálogo geral das coleções de antropologia e etnografia do museu nacional. *Ventilando Acervos: vol. especial*, n. 1, p. 71-89, set. 2019.
- VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. O Incêndio do Museu Nacional e seus efeitos nas pesquisas dos discentes. *Ventilando Acervos: vol. especial*, n. 1, p. 90-108, set. 2019.